



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAIS¹

Promotorias Extrajudiciais
(Anexo - Recomendação nº 02/2012-CG)

Membro: Mariana Fernandes Távora e Mariana Silva Nunes²

Unidade: Núcleo de Enfrentamento à Discriminação – NED

Período: 2º semestre-2019

Metas estipuladas para o período
<ul style="list-style-type: none">• Realizar curso de conscientização sobre igualdade racial aos beneficiários da suspensão condicional do processo.• Implementar o projeto “Pés na rua: política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal”.• Realizar, no mês da Consciência Negra, campanha publicitária contra o racismo, com enfoque nos crimes de injúria racial e racismo praticados por meio da internet e nos canais de denúncia.• Estabelecer, de forma sistemática, a coleta de dados das ações desenvolvidas no NED, visando melhor compreender o fenômeno.• Implementar o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) no âmbito do MPDFT.• Elaborar nota técnica sobre as decisões exaradas na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão-ADO 26-DF e no Mandado de Injunção-MI 4.733-DF.

¹ Art. 27.....

§1º As Promotorias de Justiça com atribuições na esfera extrajudicial elaborarão, individualmente, relatório de atividades semestrais, que deverá conter as metas estipuladas para o período e o resultado de sua atuação, bem como a descrição sucinta dos seguintes movimentos:

- I - ações ajuizadas;
- II - termos de ajustamento de conduta firmados;
- III - recomendações expedidas;
- IV - reuniões realizadas;
- V - procedimentos instaurados e
- VI - outros atos praticados reputados relevantes.

§ 2º O relatório deverá ser remetido às respectivas Câmaras de Coordenação e Revisão e à Corregedoria-Geral, até o dia 15 dos meses de junho e de dezembro. (NR – Resolução nº 133, de 13/ABR/12).

² O Coordenador dos Núcleos de Direitos Humanos acumula as atribuições do Núcleo de Gênero Pró-Mulher, do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação - NED e do Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – NEVESCA. O presente relatório trata, exclusivamente, das atividades do NEVESCA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Descrição sucinta das principais ações ajuizadas, termos de ajustamento de conduta firmados, recomendações expedidas, reuniões realizadas e procedimentos instaurados

Principais ações ajuizadas

- Autos nº 2018.07.1.003681-4. Trata-se de processo em que foi oferecida denúncia por ofensa ao art. 140 § 3º do Código Penal. A denunciada ofendeu a dignidade e o decoro de XY, com a utilização de elementos referentes à raça e cor, utilizando-se de expressões tais como “negra imunda, capa preta, diabo preto”. Denúncia recebida. Suspensão condicional do processo aceita.
- Autos nº 2018.07.1.005188-4. Trata-se de processo em que foi oferecida denúncia por ofensa ao art. 20-caput da Lei 7.716/1989. O denunciado, em um grupo de *whatsapp* enviou a seguinte mensagem: “*tá tendo um desfile só de preta aqui no JK. Coisa horrorosa. Mas é horroroso mesmo*” e, em seguida, enviou uma imagem de um quadrado preto com a descrição “*Segue imagem do desfile*” e completou: “*Desculpa a qualidade celular é ruim*”. Denúncia recebida. Suspensão condicional do processo aceita.
- Autos nº 2018.16.1.002509-5. Trata-se de processo em que foi oferecida denúncia por ofensa ao art. 140, § 3º, c/c 141, inc. III, ambos do Código Penal, por diversas vezes. A denunciada ofendeu a dignidade e o decoro de XY, valendo-se de elementos referentes à raça e cor, ao chamar a vítima de “*preta, fedorenta, macaca e ridícula*”. Denúncia recebida, audiência de suspensão condicional do processo designada.
- Autos nº 2019.14.1.000936-3. Trata-se de processo em que foi oferecida denúncia por ofensa ao art. 140, § 3º do Código Penal. O denunciado ofendeu a dignidade e o decoro de XY, valendo-se de elementos referentes a raça e cor, ao dizer: “*cabelo de esponja de aço e parecia lixa de parede*”, “*queria um pouco do seu cabelo para arear as panelas*”. Denúncia recebida.
- No total, foram oferecidas 75 denúncias, realizadas 190 baixas à Delegacia de Polícia requisitando diligências; 74 promoções de arquivamento; 38 manifestações de declínio de competência/atribuição; 17 atendimentos.

Reuniões realizadas

02/07 – Reunião com o Ouvidor Nacional de Direitos Humanos para tratar sobre o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

04/07 – Visita técnica ao Centro POP Brasília.

09/07 – Reunião Marcha da Pop Rua.

11/07 – Visita de controle externo à Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (DECRIN).

16/07 – Reunião com a Secretaria de Comunicação Social para discutir estratégias de divulgação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID).

16/07 – Reunião com a Promotora de Justiça Luisa de Marillac sobre população em situação de rua.

18/07 – Visita técnica ao Centro POP Taguatinga.

22 a 31/07 – Período de férias (Mariana Fernandes Távora).

31/07 a 09/08 – Período de férias (Mariana Silva Nunes).

13/08 – Reunião com a Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial para tratar sobre possível acordo de cooperação técnica entre o MPDFT e o GDF.

16/08 – Reunião com o Subsecretário de Igualdade Racial do Distrito Federal para tratar da divulgação de informações sobre a regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas.

21/08 – Lançamento pela PCDF do Procedimento Operacional Padrão (POP) que estabelece parâmetros para a aplicação da decisão do STF referente à criminalização da homotransfobia.

27/08 – Reunião do Comitê Nacional do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID), no Conselho Nacional do Ministério Público.

27/08 – Reunião com as Promotorias de Justiça da Pessoa com Deficiência (Proped) e da Pessoa Idosa (Projid) para tratar do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos.

10/09 – Lançamento do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos.

26/09 – Reunião com a Secretaria de Comunicação Social para tratar da campanha do mês da consciência negra.

27/09 – Reunião com o Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos para tratar sobre procedimentos a serem adotados nas Promotorias de Justiça e Delegacias de Polícia relativamente a



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

crimes cibernéticos.

01/10 – Reunião com professor da Universidade de Brasília para tratar de pesquisa sobre racismo.

02/10 – Reunião com a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus) para discutir melhorias voltadas à saúde trans.

04/10 – Reunião com a Secretaria de Perícias e Diligências para tratar do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos.

07/10 – Reunião com a Rede Globo para tratar da campanha do mês da consciência negra.

09/10 – Reunião com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania sobre projeto do GDF para a população em situação de rua.

10/10 – Reunião com a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a inclusão da população em situação de rua no censo demográfico.

11/10 – Reunião com o Conselho Distrital dos Direitos do Negro sobre o processo de eleição dos conselheiros.

16/10 – Reunião com a Secretaria de Comunicação Social e a Assessoria de Imprensa para discutir estratégias de divulgação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos.

18/10 – Reunião com a Secretaria de Estado de Saúde para apresentar o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos.

21 a 25/10 – Licença prêmio (Mariana Fernandes Távora).

22/10 – Reunião com a Secretaria de Comunicação Social para tratar da campanha do mês da consciência negra.

22/10 – Visita de controle externo à DECRIN.

23/10 – Reunião com o Procurador de Justiça André Vinícius Espírito Santo de Almeida, Vice Procurador-Geral de Justiça Institucional, para tratar do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos.

30/10 – Reunião do Comitê Nacional do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos, no Conselho Nacional do Ministério Público.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

31/10 – Lançamento do projeto “Pés na rua: política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal”.

05/11 – Reunião com o Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (NCAP).

08/11 – Visita técnica ao Setor Comercial Sul em razão de notícia de prática de violência policial contra a população em situação de rua.

08/11 – Reunião com pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais para tratar de pesquisa sobre população em situação de rua.

21/11 – Reunião com a Direção-Geral da Polícia Civil para apresentar o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos.

25/11 a 04/12 – Período de férias (Mariana Silva Nunes).

28/11 – Reunião com a Promotoria de Justiça Militar e o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros para tratar sobre práticas discriminatórias no âmbito do Colégio Dom Pedro II.

04/12 – Reunião com representantes da Polícia Civil e do Ministério Público do Rio de Janeiro sobre o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos.

05/12 – Reunião do Comitê Nacional do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos, no Conselho Nacional do Ministério Público.

05/12 – Reunião com o Corregedoria da Polícia Militar sobre população em situação de rua.

10/12 – Reunião com a 4ª Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística sobre a regularização de terreiros.

17/12 – Visita ao Centro POP com a presença dos Conselheiros do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH.

18/12 – Reunião com Paula Benet sobre o procedimento nº 08190.059057/18-67.

19/12 – Reunião com a PDDC sobre a construção de termo de cooperação técnica para a elaboração de pesquisa amostral sobre o perfil socioeconômico e laboral das pessoas em situação de rua que estão nas unidades de acolhimento do DF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Principais procedimentos instaurados

- Procedimento nº 08190.036827-19-84, instaurado para acompanhar a implementação do projeto “Pés na rua: política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal”.
- Procedimento nº 08190.036839-19-63, instaurado para acompanhar o processo de produção e divulgação de informações sobre a temática racial no âmbito do NED.
- Procedimento nº 08190.036846-19-29, instaurado para apurar suposta prática do crime de racismo por aluno do estabelecimento Crossfit Selva em razão da utilização de fantasia de cunho discriminatório (Ku Klux Klan).
- Procedimento nº 08190.036840/19-42, instaurado para apurar supostas práticas de discriminação racial do Colégio Dom Pedro II em razão de proibições de determinados tipos de cabelo, como *black* e rastafári, no regulamento escolar.
- Procedimento nº 08190.036838/2019-09, instaurado para apurar crime de homofobia ocorrido durante partida de futebol no estádio Mané Garrincha.

Atos reputados relevantes

- Implementação do projeto “Pés na rua: política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal”. O projeto tem como objetivo promover ações de fomento e de acompanhamento da execução da política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal.
- Sistematização e consolidação de dados referentes aos crimes de racismo e injúria racial.
- Elaboração de campanha publicitária contra o racismo com enfoque nos crimes de injúria racial e racismo praticados por meio da internet e nos canais de denúncia, veiculada durante o mês da Consciência Negra.
- Implementação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) no âmbito do MPDFT.
- Considerando as decisões exaradas na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão-ADO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

26-DF e no Mandado de Injunção-MI 4.733-DF, nas quais o Supremo Tribunal Federal enquadra a homofobia e a transfobia, qualquer que seja a forma de sua manifestação, nos diversos tipos penais definidos na Lei nº 7.716/89, até que sobrevenha legislação autônoma, editada pelo Congresso Nacional, o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação elaborou Nota Técnica por meio da qual se manifesta pela possibilidade de atuação em procedimentos investigativos ou notícia de fato que tenham como objeto crime de racismo e/ou injúria racial em desfavor de membro da comunidade LGBTQI+, em razão dessa condição, até o oferecimento da denúncia, nos termos do artigo 4º, inciso III da Portaria nº 515/2017 – PGJ.

Cursos e palestras:

- 20 e 21/08 – Participação no X Encontro Nacional do Ministério Público sobre o Sistema Prisional.
- 04/11 – Palestra ministrada no seminário “Racismo e Sistema de Justiça”, promovido pela Unieuro.
- 11 e 12/11 – Palestra ministrada no IV Seminário de Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná.
- 12 e 13/11 – I Encontro Distrital de Boas Práticas em Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
- 28 e 29/11 – Curso “Conscientização sobre racismo e preconceito racial”, promovido pelo NED/MPDFT em parceria com a Universidade de Brasília, ministrado aos beneficiários da suspensão condicional do processo nos casos de racismo e injúria racial.

Entrevistas concedidas a emissoras de rádio e televisão:

- 10/07 – Entrevista concedida à TV Justiça.
- 10/09 – Entrevistas sobre o PLID concedidas às emissoras Globo e Record.
- 19/11 – Entrevistas relativas ao Dia da Consciência Negra concedidas às emissoras de rádio e televisão Rede Globo, SBT, Record, TV Justiça, Rádio Nacional e Rádio Band News FM.
- 21/11 – Entrevista sobre discriminação racial concedida à Rádio Transamérica.
- 04/12 – Entrevista concedida à Rede Record sobre racismo e injúria racial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS